

				Área: 131294 mm2	-	Âmbito: Nacional	Tiragem: 21524
Título: Energias renováveis são novo filão para os escritórios						Temática: Gestão/Economia/Negócios	GRP: 2.0
2007/10/03	DIARIO ECONOMICO - PRINCIPAL	Pág.1	Imagem: 1/3			Periodicidade: Diaría	Inv.: 6036.00

ADVOGADOS P40 e 41
Energias renováveis são novo filão para os escritórios

Título: Energias renováveis são novo filão para os escritórios			Âmbito: Nacional	Tiragem: 21524
2007/10/03	DIARIO ECONOMICO - PRINCIPAL	Pág. 40	Temática: Gestão/Economia/Negócios	GRP: 2.0
Imagem: 2/3			Periodicidade: Diária	

EÓLICAS destacam sociedades nacionais

Renováveis abrem novos negócios para advogados

Joana Moura
jmoura@economicasgsp.com

A aposta de Portugal nas energias renováveis vai abrir novas portas às sociedades de advogados, no próximo ano. Apoiar juridicamente os consórcios que ganharam os últimos concursos para os parques eólicos e montar as operações de financiamento desses parques são algumas das próximas tarefas. No entanto, é nos concursos que serão lançados para a construção das dez novas barragens, anunciadas na segunda-feira, que estará o maior desafio para os advogados durante 2008.

Daí que não seja de estranhar que os dois maiores escritórios portugueses, PLMJ e Morais Leitão, tenham ficado entre os dez melhores da Europa em 'project finance' na área das energias renováveis, no 'ranking' de 2006 da revista "Project Finance". O potencial de Portugal no sector das energias renováveis, que colocam o país numa das melhores posições a nível europeu, é um bom prenúncio para os escritórios. Se 2007 foi um ano de crescimento do mercado marcado pelas hidroeléctricas, mini-hídricas e as eólicas, o próximo será de consolidação.

"Tudo leva a crer que surgirão muitas oportunidades na hidro-energia, com as novas barragens", confirmou Manuel dos Santos Vítor, sócio da PLMJ, ao Diário Económico, sublinhando o esforço que terá que ser feito "na instalação de milhares de megawatts de energia eólica".

Por isso mesmo, "esperam-se mais projectos no sector das energias renováveis, uma área onde conseguimos, inclusivamente, fazer as coisas com 'know-how' nacional", concorda Luís Branco, coordenador da equipa de 'project finance' da MLGTS. Branco é o responsável por um dos maiores negócios de 2006 - o financiamento e recuperação da empresa Enersis, no montante de 985 milhões de euros. A MLGTS esteve a assessorar os bancos financiadores - BES, CGD, BCP, BPI e BVVA -, numa operação em que a PLMJ esteve envolvida na reestruturação da empresa. Para já, a MLGTS está a dar apoio jurídico à EDP e

As dez novas barragens anunciadas para 2008 criam muitas oportunidades de negócio para os escritórios de advogados.

RENOVÁVEIS

Verbas na assessoria da MLGTS

Mil milhões

BANCOS

financiam projectos em

80%

Sonae, na instalação dos parques eólicos, ao lado da PLMJ.

Anteontem, o ministro da Economia, Manuel Pinho, deu luz verde ao Plano Nacional das Barragens. Trinta anos depois da construção das primeiras barragens hidroeléctricas, Portugal passará a contar com mais dez infraestruturas, num total de 1100 MW. Estes projectos representam um investimento de mais de 1.100 milhões de euros e que vêm os seus concursos avançarem já em 2008, antecedendo-se uma acérrima luta pela sua assessoria.

O papel do advogado é abrangente e passa por todas as fases dos projectos. "Entra em todo o processo de instalação, transacções de venda ou revenda dos parques eólicos, além do projecto de financiamento", explica Santos Vítor. E é preciso não esquecer que "os bancos portugueses têm muita experiência no financiamento de operações de energia renovável", recorda Luís Branco.

"Os bancos portugueses têm grande à vontade na análise dos riscos destes projectos", diz o advogado da MLGTS, mas "havendo um risco na ordem dos 80%, os bancos querem ter a certeza que os projectos estão bem fundamentados, que os riscos jurídicos estão muito bem medidos e, por isso, têm vastas equipas a assessorá-los", conclui. "Experiência e conhecimento que podem facilmente ser exportados para o Brasil e países africanos", afirma Luís Branco. ■

EÓLICAS NO TOPO DO INVESTIMENTO

Na actividade de 'project finance' dos principais bancos portugueses a energia eólica assumiu um papel de destaque desde 2005. Espírito Santo Investment, Millennium BCP Investimento, BPI Investimentos e Caixa BI estiveram envolvidos nas mais importantes operações do sector.

ESPECIALISTAS EM ENERGIAS RENOVÁVEIS



LUÍS BRANCO

Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados

■ É o coordenador da equipa de advogados responsáveis pelo 'project finance' na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados, posição que lhe valeu a responsabilidade de assessorar os bancos no refinanciamento da Enersis.



MANUEL DOS SANTOS VÍTOR

PLMJ

■ Responsável pelo departamento de direito da energia e recursos naturais da A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados (PLMJ), é o assessor jurídico da Enersis, na sua mega-operação de implementação dos parques eólicos.

Título: Energias renováveis são novo filão para os escritórios			Âmbito: Nacional		Tiragem: 21524
2007/10/03			Temática: Gestão/Economia/Negócios		GRP: 2.0
DIARIO ECONOMICO - PRINCIPAL		Pág.41	Imagem: 3/3		Periodicidade: Diária



Bruno Barrios

PORTUGAL poderá vender certificados de energia

Metas beneficiam cofres do Estado

Joana Moura
jmoura@economicasgpps.com

Quando em Março, os líderes dos 27 países da União Europeia estabeleceram a meta de 20% do total da energia consumida em 2020 ser proveniente de fontes renováveis, a ideia era comprometerem-se com uma partilha de esforço e benefícios. Mas Portugal poder vir a lucrar muito com esta medida nos próximos anos. Isto porque, de acordo com o Governo, o país irá atingir folgadoamente essa meta e poderá vir a vender certificados de energia renovável.

Na prática, trata-se de um mercado de troca de certificados de energia renovável que deverá ser apresentado pela Comissão Europeia a 5 de Dezembro, numa tentativa de aumentar o consumo de energia renovável na Europa, valor que está actualmente nos 6%. Um sistema muito semelhante com o das emissões de CO₂, no qual cada país terá de fazer um plano nacional de renováveis, com metas intermédias e finais, que será avaliado pela Comissão Europeia. Tanto nas renováveis, como na separação entre

produção e distribuição, ou na independência do regulador, Portugal quer impulsionar a discussão do dossier energético na União Europeia, uma vez que este é uma das grandes prioridades da presidência portuguesa. Se há duas semanas, Durão Barroso apresentou duas directivas e três regulamentos direccionados para o mercado interno, a directiva das re-

Como Portugal vai facilmente atingir a meta imposta por Bruxelas, até poder dar-se o caso de o Governo decidir vender certificados de energia renovável.

nováveis e biocombustíveis será concluída em Dezembro, e Portugal estará a comandar as discussões. Além dos conselhos de energia, com o ministro da economia Manuel Pinho no leme, o tema vai subir à mesa dos líderes tanto na cimeira informal de Outubro, como (as renováveis) na cimeira de Dezembro em Bruxelas.

E os números ajudam. Segundo os últimos dados disponíveis da CE, Portugal é um dos países mais bem posicionados, com 15% da energia primária de origem 'verde', quando a média da UE é de 6%. O aumento para 18% - que deverá acontecer já em 2010 - decorre do aumento da meta fixada pelo governo de 39% para 45% das renováveis no total da electricidade e também da meta dos 10% de biocombustíveis no total de consumo energético nos transportes até 2010.

No total da electricidade consumida em Portugal, em 2004, 27,9% vinha já de fontes renováveis, quando na UE este valor era de apenas 13,7%. Ou seja, meta dos 45% permitirá a Portugal ficar na quarta posição a nível europeu. ■